



CEDI - P. I. B.
DATA 26 / 04 / 93
COD. WTD 00104

CAIXA POSTAL 04495

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

70.919 BRASÍLIA D.F.

Ilmo(a) Sr.(a).

Editor(a)

Jornal do Brasil

Avenida Brasil, 500

20.949 Rio de Janeiro R.J.

Senhor(a) Editor(a)

Com referência à matéria "Waimiris suportam provações e sobrevivem com valentia", publicada na página 16 do Jornal do Brasil, de domingo, 29/9/91, ressalto alguns fatos que não aparecem na reportagem. Afirma-se que "Os índios nem examinam a possibilidade de fazer acordos com garimpeiros e mineradoras para a exploração dessas riquezas (minerais) em suas terras", seguido por uma alegada citação do gerente do "Programa Waimiri-Atroari" (FUNAI/ELETRONORTE), Raimundo Nonato Nunes Corrêa, que diz que "Eles não querem repetir a experiência dos caiapós, no Pará, que cederam suas terras para garimpeiros e viram suas terras e rios mergulhados em destruição ambiental".

Cabe lembrar que após a invasão da Reserva Indígena Waimiri-Atroari por empresas mineradoras do Grupo Paranapanema a partir do início de 1979, e o posterior desmembramento de uma área de aproximadamente 526.800 hectares através do Decreto Presidencial

nº 86.630 de 23/11/81 para favorecer os interesses da Paranapanema, a mesma mineradora invadiu novamente o que sobrou da Reserva Indígena no início de 1982, abrindo uma estrada vicinal que liga a área desmembrada à estrada BR-174. Em 18/6/82, o presidente da FUNAI autorizou a construção e utilização de uma estrada de carácter privado e exclusivo, da qual 38 km. atravessam o território indígena. A partir de 1983, a Paranapanema vem realizando obras dentro da área indígena, como a construção de uma escola, inaugurada em 6/1/84 pelo general do exército Euclides Figueiredo com uma comitiva de representantes da FUNAI, da Mineração Taboca S.A. e do Exército (*A Notícia e Jornal do Comércio*, Manaus, 7/1/84), e casas de alvenaria entregues a dois Capitães Waimiri-Atroari em 20/5/88.

Em 26/8/86, Raimundo Nonato Nunes Corrêa, chefe do Núcleo de Apoio Waimiri-Atroari e atualmente gerente do "Programa Waimiri-Atroari", assinou como testemunha junto com o então delegado regional da FUNAI, o chamado "Termo de Compromisso de Assistência Social Voluntário" entre a Empresa Mineradora Taboca S.A. (Paranapanema) e três Capitães Waimiri-Atroari, que inclui um projeto pecuário. A implantação de projetos pecuários nasceu de um plano para a área concebido por representantes do Exército, da Paranapanema e da FUNAI em 1983. Este plano tinha, como proposta principal, a sedentarização dos Waimiri-Atroari em áreas restritas através da instalação de fazendas-modelos financiadas pela Paranapanema para facilitar as pretensões deste grupo empresarial em avançar mais sobre o território indígena.

Outro "Termo de Compromisso nº 001/88", de 19/5/88, objetivando a realização de Projetos de Desenvolvimento Comunitário", foi assinado por funcionários da mineradora, dois Capitães Waimiri-Atroari, um funcionário da FUNAI criado no Rio de Janeiro que se identificava como Waimiri-Atroari, o superintendente regional da FUNAI e o gerente do "Programa Waimiri-Atroari".

Não só isso, mas o mesmo gerente assinou como testemunha, junto com o superintendente regional da FUNAI, em 24/6/89 (dois anos após a criação do "Programa Waimiri-Atroari" FUNAI/ELETRONORTE financiado com verba do Banco Mundial para um período de 25 anos) o "Termo de Compromisso nº 001/89" entre a Mineração Taboca e os Waimiri-Atroari, para realizar projetos de desenvolvimento comunitário, destinando "importância mensal compreendida como adiantamento de futuros royalties que venham a ser devidos pela EMPRESA à COMUNIDADE em virtude de trabalho mineral que venha a desenvolver na área indígena". Este "Termo de Compromisso" foi assinado também por dez Capitães Waimiri-Atroari e funcionários da Paranapanema. Fazem parte deste "Termo de Compromisso" a "Declaração" firmada por cinco Capitães Waimiri-Atroari em 15/5/87 e as correspondências entre a FUNAI e a empresa datadas de junho de 1989. Esta "Declaração", assinada também por funcionários da mineradora junto com o mesmo gerente do "Programa" e o então superintendente regional da FUNAI, como testemunhas, afirma que a comunidade Waimiri-Atroari, representada por cinco líderes, decide explorar as riquezas

minerais dentro da área indígena em troca de royalties, escolhendo, com exclusividade, o grupo empresarial Paranapanema para realizar em seu território atividades de pesquisa e de extração mineral. A "Declaração" é escrita numa retórica de autodeterminação indígena, como se a decisão de explorar minérios e a escolha da Paranapanema com exclusividade partissem dos Waimiri-Atroari. Entretanto, a própria redação do documento e a assimetria da proposta revelam que os Capitães Waimiri-Atroari que o assinaram não foram informados das conseqüências trágicas para a sobrevivência do seu grupo étnico, já ameaçada por invasões recentes da mesma empresa, de qualquer avanço de mineradoras sobre seu território. Revela, ao contrário, que os Capitães foram aliciados por pressões empresariais articuladas por funcionários da FUNAI e do "Programa".

Todos estes documentos são ilegais, como também é um "Contrato de Utilização do solo para fins de Mineração" entre seis empresas do grupo Paranapanema e a FUNAI, assinado pelo presidente da FUNAI, Romero Jucá Filho, autorizando a exploração de minérios em toda a área indígena dos Waimiri-Atroari. Os funcionários da FUNAI que articularam este "contrato" com a Paranapanema, em 1987, também aliciaram dois Capitães Waimiri-Atroari, nomeados pela FUNAI, a assiná-lo. Cabe lembrar que a assinatura deste "contrato", em Brasília, ocorreu quando estes dois Capitães vieram através da FUNAI, acompanhados pelo superintendente regional da FUNAI e o gerente do "Programa". Faz parte de uma série de irregularidades usadas contra esta

população indígena para favorecer empresas privadas através de acordos ilegais e de conseqüências etnocidas.

Apesar do gerente do "Programa Waimiri-Atroari" afirmar na matéria do JB, citando o caso dos Kayapó, que os Waimiri-Atroari não querem repetir a experiência de ver "suas terras e rios mergulhados em destruição ambiental", é justamente isso que vem acontecendo. Em 9/9/85, após 17 meses de pesquisa etnológica com os Waimiri-Atroari que me conduziu ao doutorado em antropologia na UnB, submeti um relatório à FUNAI em que chamei a atenção para o fato de que "em conseqüência das atividades da Mineração Taboca e o barulho de viaturas nas estradas BR-174 e Vicinal da Taboca, os Waimiri-Atroari estão reclamando da falta de caça e da poluição do rio Alalaú pelos detritos da mina de Jacutinga que desemboca (o rio Jacutinga) no rio Alalaú, acima da Cachoeira Criminosa". Em 24/8/86, dirigi ofício ao superintendente geral da FUNAI em Brasília, reiterando que em agosto de 85 "alguns Waimiri-Atroari mostravam-se preocupados pelo fato de que um igarapé que desemboca no rio Alalaú está sendo poluído pela Mineração Taboca. Propõe-se que a FUNAI proíba a empresa mineradora de poluir aqueles igarapés afluentes do rio Alalaú..."

Em maio de 1987, o rompimento de barragens de terra da mina lançou cerca de 700 mil metros cúbicos de despojos de mineração no rio Alalaú (Isto É, 20/5/87), o que se repetiu em 1988 e 1989. A situação se tornou ainda mais grave com o fechamento das comportas da Usina Hidrelétrica de Balbina em 1987, o que transformou a bacia hídrica do Igarapé Santo Antônio do Abonari e

O rio Uatumã, parte do território indígena, numa região inabitável de água podre, obrigando a relocação de cerca de um terço da população total dos Waimiri-Atroari para outras partes da Reserva Indígena. O rio Alalaú é o principal rio que atravessa a parte habitável do que sobrou do território dos Waimiri-Atroari.

Quanto à dificuldade da presença de pesquisadores na área, mencionada na matéria do JB, ressalto que há uma proibição seletiva exercida sobre o ingresso de pesquisadores à área pelo "Programa". Em 1987, o antropólogo Márcio Silva da UNICAMP foi sumariamente expulso da área Waimiri-Atroari, sem a apresentação, por parte da FUNAI, de qualquer justificativa convincente. Em 24/6/89, eu fui impedido de continuar minha pesquisa, iniciada em 1980. Durante este período, vários pesquisadores ingressaram na área através de acordos diretamente com o "Programa". Os dirigentes do "Programa", preocupados com a sua imagem pública, empenham-se em criar uma aparência "científica" através de pesquisas realizadas sob sua direção. A minha própria "expulsão" deste território indígena ocorreu em 25/6/89, um dia depois da assinatura do supracitado "Termo de Compromisso nº 001/89" entre a Mineração Taboca e os Waimiri-Atroari. Numa reunião organizada por funcionários do "Programa", supostamente para "consultar" a comunidade indígena a respeito da continuação da minha pesquisa, houve o uso, por parte de alguns destes funcionários, de informações falsas e caluniosas a meu respeito, apresentando-me para os Waimiri-Atroari como se fosse

agente de um suposto "cartel de estanho" internacional, usando os Waimiri-Atroari como pretexto para tentar impedir o avanço de mineradoras privadas nacionais sobre o território indígena para proteger interesses internacionais. Entre as pessoas que organizaram esta reunião estava o mesmo gerente do "Programa Waimiri-Atroari" (FUNAI/ELETRONORTE) que assinou os "Termos de Compromisso" com a Paranapanema. Os Waimiri-Atroari presentes me acusaram de "mentiroso", de os haver "enganado", e de estar ligado a entidades prejudiciais ao seu desenvolvimento. Assim, o "Programa" articulou a "expulsão" da área de um pesquisador visto como "inconveniente" pela administração indigenista, para fazer parecer que a "expulsão" partisse dos próprios Waimiri-Atroari usando uma retórica de autodeterminação indígena.

Ao exercer um controle sobre os Waimiri-Atroari e seu acesso a informações e também sobre o acesso a informações sobre o "Programa" por pessoas que não estão subordinadas à sua administração, o "Programa Waimiri-Atroari" revela-se como uma instituição total fechada que capturou a população Waimiri-Atroari.

A matéria do JB faz alarde do fato que a população Waimiri-Atroari está se recuperando rapidamente nos últimos quatro anos, período de atuação do "Programa". O pesquisador Márcio Silva da UNICAMP mostra que nos 4 anos antes da implantação do "Programa Waimiri-Atroari" a taxa de crescimento era mais alta do que nos últimos quatro anos, revelando que sua recuperação populacional não se deve exclusivamente ao "Programa".

Como comentário final, a matéria do JB transmite uma imagem de "agressividade" atribuída aos Waimiri-Atroari, estereótipo altamente prejudicial criado pela sociedade nacional para esta população indígena ameaçada pela cobiça e poder econômico de grandes empresas mineradoras. Após mais de um século de luta pela sobrevivência contra as forças bélicas desmedidamente desiguais de agentes da sociedade nacional que invadiram o seu território, a divulgação de uma imagem de "agressividade" pode ser usada pelos invasores para justificar a ocupação das terras indígenas por empresas mineradoras com uma "consciência ecológica" que trazem os "benefícios" da "civilização" para os Waimiri-Atroari na forma de indenizações.

Stephen G. Baines

Stephen G. Baines, Professor Adjunto do Departamento de Antropologia da UnB.

Brasília, 9/10/91